

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Assessor paraguaio vinculou empresa alvo de CPI ao governo brasileiro	2
Título: Para entender - O custo do apoio de Cartes.....	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Bandeira	5
Título: Inúteis	5
VEÍCULO: O Globo.....	7
Título: Sob suspeita, Cartes volta ser o homem-forte do Paraguai	7
Título: 'É muito falatório. A Constituição será cumprida'	10
Título: Falta de inteligência	12

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 11/08/2019****Seção: Internacional****Autor: Ricardo Galhardo****Título: Assessor paraguaio vinculou empresa alvo de CPI ao governo brasileiro**

Caso Itaipu. Nova mensagem de aplicativo sugere que José Rodríguez, assessor jurídico da vice-presidência do Paraguai, tratou brasileira Léros como indicada por Brasília; em conversas anteriores, ele usou nome da família Bolsonaro em negociação sobre Itaipu

Em mensagem enviada ao ex-presidente da Administração Geral de energia (Ande, a estatal elétrica paraguaia) Pedro Ferreira no dia 1º de julho, o advogado José “Joselo” Rodríguez, assessor jurídico da vice-presidência do Paraguai, associou a empresa Léros, interessada em comprar energia do país vizinho, ao governo brasileiro. A Léros, ligada ao empresário e político Alexandre Giordano (PSL-SP), suplente do senador Major Olímpio (PSL-SP), está na mira de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso paraguaio por suspeita de receber tratamento privilegiado nas tratativas para revenda no mercado brasileiro de um lote de 300 MW de potência da Usina de Itaipu. A mensagem foi enviada às 17h53 do dia 1º de julho do assessor do vice-presidente Hugo Velázquez ao ex-presidente da Ande.

“A proposta da empresa Léros (governo brasileiro) está avançada e será entregue pessoalmente nos próximos dias”, diz o advogado. Revelada pelo jornal ABC Color, a conversa é mais uma da série de mensagens em que Joselo cita uma suposta proximidade com o alto escalão do governo brasileiro para defender a Léros junto às autoridades do país vizinho. Em entrevista ao jornalista Fito Cabral, da Telefuturo, na semana passada, o ex-presidente da Ande afirmou ter ouvido menções ao nome Bolsonaro ao longo das negociações mas não soube dar detalhes. “Várias vezes se falou isso mas não me lembro em qual reunião”, disse Pedro Ferreira. Em mensagens trocadas com Pedro Ferreira, divulgadas na imprensa paraguaia no começo do mês, Joselo Rodríguez também menciona que Giordano era um “representante da família do alto governo do Brasil”.

Além de defender abrir as portas para a Léros diante das autoridades paraguaias, Joselo atuou para que o item 6 do acordo, que previa a possibilidade de a Ande comercializar energia no mercado brasileiro sem intermediários, fosse retirado do texto final, o que acabou acontecendo “para que isso não prejudicasse a negociação com a Léros”, já que, segundo as mensagens publicadas na imprensa paraguaia, essa negociação ocorria sem conhecimento do público. Venda. Segundo a oposição ao presidente Mario

Abdo Benítez, isso ocorreu porque a venda de energia excedente de Itaipu – aquela produzida quando o fluxo de chuvas aumenta – estava prevista em um acordo de 2009, entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Lugo, mas não foi regulamentada depois do impeachment do paraguaio em 2012.

De acordo com senadores da Frente Guasú – o partido de Lugo – essa energia era vendida por meio de “mecanismos administrativos”. O Ministério Público paraguaio apura agora quem foi beneficiado e como isso envolveu Itaipu e a Ande. A adoção do item 6 na ata bilateral formalizaria a venda dessa energia. Nas mensagens a Ferreira, Joselo trabalhou para que o item fosse derrubado da redação final da ata, o que acabou acontecendo um dia antes da assinatura do acordo. O caso explodiu quando Ferreira, contrariado com os termos do acordo lesivos ao Paraguai, veio a público e se demitiu do cargo, seguido pelo diretor técnico Fabián Cáceres. Gastos. Segundo cálculos de fontes ligadas à Ande, a ata bilateral previa que o Paraguai aumentasse em 12% seu gasto anual com a energia de Itaipu, sendo que o país nos últimos anos viu seu consumo de energia crescer 7% a cada 12 meses.

Na sexta-feira, o **Ministério de Minas e energia** e o Itamaraty divulgaram nota na qual afirmam que a ata buscava corrigir uma “defasagem histórica” na contratação da potência de Itaipu pela estatal paraguaia Ande, “de modo que cada parte pague pela energia que efetivamente consome”, conforme termos do Tratado de Itaipu. De acordo com o governo brasileiro, “diferentemente do que tem sido divulgado”, o processo de negociação da ata – assinada no dia 24 de maio e anulada unilateralmente pelo país vizinho em 1º de agosto – “não foi secreto”. A nota oficial sustenta que representantes dos ministérios de Relações Exteriores de ambos os países, Eletrobrás, Ande e Itaipu participaram de “todas as reuniões”.

A oposição paraguaia chegou a pedir o impeachment de Benítez, o que levou os governos do Brasil e Paraguai a anular o acordo e reabrir as negociações. A crise política paraguaia agravou-se quando a imprensa local começou a publicar as trocas de mensagens envolvendo também o presidente e seu vice. No Brasil, a bancada do PT fez uma representação à procuradora-geral da República, Raquel Dodge, pedindo que o presidente Jair Bolsonaro; o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo; e o diretor brasileiro de Itaipu, Joaquim Silva e Luna, sejam investigados por suspeitas de improbidade administrativa, corrupção passiva e corrupção ativa.

A Comissão de Relações Exteriores do Senado também criou uma comissão para acompanhar o caso. Giordano nega qualquer relação da sua ida ao Paraguai com a retirada de uma cláusula do acordo bilateral que permitiria a venda de energia a pessoas jurídicas sem autorização da Eletrobrás. Sócio da Léros, o empresário Kléber Ferreira afirmou na semana passada que o interesse da

empresa na reunião era a compra de energia. “Foi uma reunião de 15 minutos, que envolveu empresários de outros países, sem nenhuma relação com o acordo”, disse.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/08/2019

Seção: Internacional

Autor:

Título: Para entender - O custo do apoio de Cartes

Mario Abdo Benítez, conseguiu o apoio crucial para evitar um processo de impeachment: o da ala opositora dentro de seu próprio partido, o Colorado, liderada pelo ex-presidente Horacio Cartes (foto). Jornais paraguaios e políticos da oposição afirmaram sexta-feira que o custo que Abdo Benítez terá de pagar para manter o acordo será alto. Os dois se engalfinharam durante as eleições, com Benítez acusando Cartes de ser o maior contrabandista do Paraguai. Cartes controla uma ala importante dentro do maior, mais tradicional e poderoso partido do Paraguai, o Colorado. Segundo os jornais paraguaios, Marito, como é chamado o presidente paraguaio, escapou do impeachment, mas com menos de um ano de governo vai ficar profundamente enfraquecido.

“Marito ficou refém de seus opositores colorados e será obrigado a fazer o que Cartes quiser que ele faça, sob risco de ser ameaçado novamente”, disse ao jornal La Nación o senador liberal Blas Lanzoni, de oposição. “Hoje temos um presidente enjaulado, e a chave da jaula quem tem é Horacio Cartes.” O atual presidente não tem o controle do Parlamento e dependia de negociações políticas, sobretudo com o próprio partido, para aprovar projetos. O escândalo sobre o acordo secreto entre o governo brasileiro e o paraguaio sobre a cessão da energia excedente da usina hidrelétrica de Itaipu, chamada de “ata entreguista” no Paraguai, minou de vez o governo de Benítez. Na sexta-feira, o jornal ABC Color publicou um editorial considerando Benítez um “refém de Horacio Cartes”.

A decisão do movimento cartista de apoiar o presidente foi interpretada como uma tentativa de Cartes de controlar operações policiais que poderiam prejudicar seus negócios. “Se os acólitos se infiltrarem no gabinete de Benítez, Horacio Cartes vai influenciar decisivamente o governo. Assim, pode-se prever que as operações contra o tráfico ilegal de cigarros, por exemplo, poderiam ser bastante reduzidas, apesar da promessa de Marito de que ‘o Paraguai deixará de ser um país conhecido pelo contrabando, porque não existe um contrabandista presidente’”, escreveu o ABC Color.

Um senador paraguaio pertencente à ala de Cartes disse que está ocorrendo um “pacto pela governabilidade”. “Não existe nenhum sequestro ou negociação sobre diminuição de fiscalização de contrabando”, afirmou o senador, que pediu anonimato. O legislador cartista Basilio Núñez disse que é “melhor Abdo Benítez ser prisioneiro de Horacio Cartes do que de Efraín Alegre”, líder do Partido Liberal, de oposição. “Sendo prisioneiro de Cartes, o Honor Colorado pedirá respeito à lei de responsabilidade fiscal, em vez de pedir ministérios ou embaixadas, como outros partidos”, afirmou.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 11/08/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Bandeira

Painel S.A.

O Ministério da Economia propôs mudança nas regras das bandeiras de postos de gasolina em um parecer assinado por César Costa Alves de Mattos, secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade.

Branca

A pasta sugere que a ANP (Agência Nacional do Petróleo) não seja mais responsável por fiscalizar a relação contratual entre postos e distribuidoras de combustível. Defende que esse papel fique com o setor privado.

Amor

Postos de bandeira branca não têm exclusividade com a distribuidora de combustível. As regras foram criadas para garantir a qualidade do produto, mas hoje o desempenho dos bandeirados e dos não bandeirados é parecido, segundo o documento.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 11/08/2019

Seção: Colunas

Autor: Fernanda Torres

Título: Inúteis

O inimigo número um do Brasil é o índio

Atriz e roteirista, autora de "Fim" e "A Glória e Seu Cortejo de Horrores"
O inimigo número um do Brasil é o índio.

Em 2001, Jarbas Passarinho foi duramente criticado pelas Forças Armadas por ter, no período em que foi Ministro da Justiça do governo de Fernando Collor de Mello, demarcado e homologado a terra indígena ianomâmi.

O viés ideológico que dominou a política brasileira nos últimos 20 anos impediu que a discussão se aprofundasse.

Mas agora, graças a Deus, Johnny Bravo está no poder, eleito por um povo cristão e ordeiro, um homem determinado a dar um basta na distribuição irrestrita de glebas aos selvagens.

Vivendo como animais de zoológico em vastas áreas de solo arável, sobre reservas minerais de valor incalculável, esses povos representam uma grave ameaça à soberania nacional porque, senhores absolutos de suas terras, podem ceder à cobiça de nações estrangeiras e se separar do Brasil.

Torço para que o Senado aprove o nome de Eduardo Bolsonaro para nos representar em Washington, e que os tão sonhados contratos de parceria de mineração e cultivo em terras indígenas saiam do papel, trazendo dividendos não só para os brasileiros de bem, como para o que resta desse gentio.

Abaixo, uma lista de citações colhidas pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha em "História dos índios no Brasil" (Companhia das Letras, 648 págs., R\$ 149,90), que pode servir de argumento para o nosso futuro embaixador na América.

Do jesuíta Manoel da Nóbrega, em 1549: "Os habitantes do Novo Mundo descendem necessariamente de Adão e Eva e, portanto, de um dos filhos de Noé, provavelmente do maldito Cam, aquele que desnudou seu pai, razão de andarem nus. À lei natural, não a guardam porque se comem; são muito luxuriosos, muito mentirosos, nenhuma coisa aborrecem por má, e nenhuma louvam por boa".

Do frade francês André Thévet, em 1558: "Os canibais são os mais cruéis e desumanos de todos os povos americanos, não passando de uma canalha habituada a comer carne humana do mesmo jeito que comemos carne de carneiro, se não até com maior satisfação".

Do historiador e cronista português Pero de Magalhães Gândavo, em 1570: "A língua desse gentio carece de três letras — não se acha nela F, nem L, nem R, assim não tem Fé, nem Lei, nem Rei; e desta maneira vivem sem justiça e desordenadamente".

De dom João 6º, em 1809: "Não é conforme aos meus princípios religiosos e políticos o querer estabelecer minha autoridade nos Campos dos Guarapuava por meio de mortandades e crueldades contra os índios. E só desejo usar a força com aqueles que ofendem os meus vassalos e que resistem aos brandos meios de civilização que lhes mando oferecer".

De José Bonifácio, em 1823: "Com efeito o homem no estado selvático, e mormente o índio bravo do Brasil, deve ser preguiçoso; porque tem poucas, ou nenhuma necessidade; porque sendo vagabundo, vivendo todo o dia exposto ao tempo não precisa de casas e vestidos cômodos. Porque finalmente não tem ideia de propriedade nem desejos de distinções e vaidades sociais, que são as molas poderosas, que põem em atividade o homem civilizado".

Do historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, em 1867: "No reino animal há raças perdidas; parece que a raça índia, por um efeito de organização física, não podendo progredir no meio da civilização, está condenada a esse fatal desfecho.

O índio parece ter uma organização incompatível com a civilização" De um deputado maranhense, autor de um projeto de colonização do Maranhão, em 1826: "Uma aldeia de 200,300 índios umas vezes se achava a 20 léguas acima e daí a pouco a 20 léguas mais abaixo; chamar-se-ão esses homens errantes, proprietários de tais terrenos? Por que razão não se aldeiam fixamente como nós? Eu quisera que me mostrasse a verba testamentária, pela qual nosso pai Adão lhes deixou aqueles terrenos em exclusiva propriedade" Do desembargador José da Silva Lisboa, em 1816: "Que se derrubem as matas todas e se distribuam as terras a homens ricos que deem emprego agrícola aos índios"

Quinhentos anos de extermínio nos contemplam.

Em 1934, o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss foi convidado a lecionar na recém inaugurada Universidade de São Paulo. Ao mencionar o desejo de visitar algumas tribos indígenas, ele ouviu do então embaixador brasileiro em Paris, Luís de Souza Dantas: "Índios? Infelizmente, prezado cavalheiro, lá se vão anos que eles desapareceram".

Se tudo sair como o esperado, até o fim do mandato do pai, o quiçá embaixador Eduardo Bolsonaro poderá se dar ao luxo de dizer o mesmo.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/08/2019

Seção: O Mundo

Autor: JOSE CASADO

Título: Sob suspeita, Cartes volta ser o homem-forte do Paraguai

Ex-presidente se torna avalista de Abdo Benítez na crise de Itaipu, enquanto sua ligação com doleiro é investigada

BRASÍLIA- Eles cresceram juntos, numa história de quatro décadas de amizade familiar. Enriqueceram na parceria em negócios questionáveis nas duas margens do Rio Paraná. Se destacaram entre os mais ricos na região da fronteira Brasil-Paraguai, com fortunas somadas que superam US\$ 1 bilhão em ativos como bancos, casas de câmbio, indústrias de cigarros, refrigerantes, criação de cavalos, imóveis e até um time de futebol.

Investigados no Brasil, Paraguai, Estados Unidos e Suíça por comandar uma rede global de lavagem de dinheiro, terminaram a semana separados por 1,7 mil quilômetros de distância, e em situações distintas: Dario Messer está no Rio recolhido na cela D de Bangu 8, como réu da Operação Lava-Jato, enquanto Horacio Cartes, que presidiu o Paraguai de 2013 a 2018, continua em Assunção, onde acaba de voltar à posição de homem-forte da política no seu país.

Há dias o Paraguai entrou em convulsão em razão da revelação de um acordo sigiloso com o Brasil sobre os preços da energia comprada à usina de Itaipu. Os paraguaios saíram às ruas em protesto. O presidente Mario Abdo Benítez e seu vice Hugo Velázquez foram acusados de "traição" à Pátria por um acordo que, em tese, favorecia o governo Jair Bolsonaro.

Ansioso por reduzir o custo da energia de Itaipu no mercado nacional, Bolsonaro pressionou por um acerto rápido com Abdo Benítez, a quem trata por "Marito". O governo paraguaio aceitou um compromisso que, em tese, resultaria numa conta extra de US\$ 250 milhões para os paraguaios ao longo dos próximos quatro anos.

Com manifestações nas ruas e pedidos de impeachment se acumulando, o vice Velázquez recorreu a um antigo aliado, Horacio Cartes, controlador de um terço dos votos do Partido Colorado no Congresso. O ex-presidente aceitou bloquear a votação do impeachment, e transformou o governo de Marito em seu refém político pelos próximos três anos, na percepção que prevalece em Assunção.

Fora do poder há um ano, Cartes volta à cena em grande estilo, como o principal avalista da sobrevivência do presidente Abdo Benítez, seu adversário dentro do Partido Colorado. Antes de se despedir de Velázquez, recebeu a notícia da prisão do amigo e sócio Dario Messer no Brasil.

NEGÓCIOS MONITORADOS

Negócios de Cartes e Messer são monitorados há duas décadas a partir de Assunção e de Cidade do Leste, na divisa de Brasil, Paraguai e Argentina, por diferentes agências americanas.

Em dezembro de 2009, por exemplo, motivaram uma reunião de 24 agentes dos Estados Unidos — dos departamentos antidrogas (DEA); de lavagem de dinheiro e de confisco (DOJ); de controle de armas (ATF) e de ativos estrangeiros (OFAC); Receita; Alfândega; Banco Central; polícia e procuradoria de Nova York, entre outros.

Eles trabalharam durante três dias no Rainforest Resort, na Cidade do Panamá, num "plano de ataque a todos os envolvidos", segundo documentos da seção de Inteligência de Segurança Nacional da DEA, que deu à operação o codinome de "Coração de Pedra". Àquela altura, já haviam infiltrado agentes na organização de Cartes, que definiram como especializada na lavagem de dinheiro, e com grande movimentação de dólares "gerada por meios ilegais, inclusive através da venda de narcóticos, a partir da Tríplice Fronteira para os EUA".

No centro das investigações estava o Banco Amambay, atual Banco Basa. Com sede em Assunção, detém 3% do total de depósitos bancários declarados no Paraguai. Messer seria um sócio oculto de Cartes também nesse banco, indicou em abril passado a Comissão Bi-cameral de Investigação do Congresso paraguaio, em relatório. O banco nasceu da Casa de Câmbio Amambay, fundada pelo pai de Cartes, Ramón, que em 1989 cedeu a Messer parte do controle.

A sociedade com o ex-presidente paraguaio foi confirmada por um antigo parceiro brasileiro de Messer, Lucio Bolonha Funaro, responsável pela lavagem de dinheiro de corrupção do grupo político liderado pelo ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (MDB-Rio). Desde a semana passada, Messer e Cunha dividem a mesma cela em Bangu 8

Na contabilidade da Lava-Jato, Messer lavou mais de US\$ 1,6 bilhão no quinquênio de 2011 a 2016. O dinheiro transitou por meia centena de países, a partir de contas de três mil empresas sediadas em paraísos fiscais. Até 2013, ele manteve o controle acionário de um banco (EGV) no arquipélago de Antigua e Barbuda, no Caribe.

Como Cartes, Messer sempre refutou as acusações. Não gostou de ter sido delatado como "o doleiro dos doleiros" por Alberto Youssef, encarregado da coleta e lavagem do dinheiro obtido pelo PP (atual Partido Progressista) em contratos da Petrobras. Prefere se definir como "financiador" do mercado de câmbio paralelo.

A convulsão provocada pelo acordo sigiloso de Itai-pu abalou as relações entre Assunção e Brasília, em plena celebração do "Sesquicentenário da Epopeia Nacional: 1864-1870", aguerra perdida para o Brasil, Argentina e Uruguai. Dela, o ex-presidente Cartes emergiu com poder renovado sobre o Congresso e o

governo de Marito. Mas, se o seu antigo amigo e sócio Messer decidir seguir a própria família, que optou por uma delação premiada, é provável que o novo homem-forte do Paraguai vire protagonista de uma nova crise na outra margem do Rio Paraná.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/08/2019

Seção: O País

Autor: JUSSARA SOARES

Título: 'É muito falatório. A Constituição será cumprida'

ENTREVISTA - Marcelo Xavier / PRESIDENTE DA FUNAI

Delegado da Polícia Federal defende a legalização do garimpo em terras indígenas e afirma que não vai privilegiar interesses do agronegócio

Criticado pela proximidade com ruralistas, o novo presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), o delegado da Polícia Federal Marcelo Xavier, diz, em sua primeira entrevista, que não está a serviço de grupos ligados ao agronegócio. Ele afirma que os indígenas terão os direitos resguardados como previsto na Constituição.

A partir do pedido do presidente para regulamentar o trabalho de indígenas na mineração e em outras atividades, o que já é possível adiantar desse projeto?

O ponto é respeitar as prerrogativas das comunidades indígenas. Sou favorável a qualquer atividade que traga bem-estar e dignidade para indígenas, e uma forma disso é através da renda. Tenho recebido muitos pedidos dos indígenas que querem a mineração, projetos de piscicultura e agrícolas. O importante é que a legislação mantenha a consulta aos povos indígenas para que sejam atendidos aqueles que querem, e respeitados os que não querem.

Como esse projeto pedido pelo presidente Bolsonaro avança nas atividades?

A **mineração** depende de lei, de regulamentação do Congresso. As demais atividades, como agricultura e turismo, os indígenas atualmente fazem parcerias, mas a longo prazo a ideia é que eles façam a autogestão. Isso traz renda para a aldeia.

Já esteve como presidente?

Não. Agenda corrida nos primeiros dias, mas assim que possível vou encontrá-lo.

O senhor é criticado pela proximidade com a bancada ruralista. A vontade do agronegócio estará acima dos interesses dos indígenas?

Essa ligação que fazem com bancada ruralista vem da minha atuação na CPI da Funai, mas não fui só eu que atuei, havia integrantes da AGU, do TCU, servidores do Incra. Então todos são ruralistas? É uma adjetivação que não tem cabimento. Meu nome foi submetido a um colegiado formado por deputados de situação e oposição. Quem me indicou foi o diretor-geral da PF porque conheço a questão indigenista em Barra do Garças (MT). Não vou praticar nenhuma ilegalidade.

O senhor chegou a ser indicado como assessor especial de Luiz Antonio Nabhan Garcia, da Secretaria de Assuntos Fundiários, e sua nomeação seria um sinal de que o agronegócio estaria no comando da Funai...

Não tem pertinência alguma até porque essa questão foi decidida já pelo Supremo (o STF derrubou a medida provisória que passava a demarcação de terras para o Ministério da Agricultura). São críticas indevidas. É impossível agradar a todos. O que eu posso propor é que aguardem a minha gestão, ouçam a comunidade e verifiquem. O melhor filtro da minha administração vão ser os indígenas daqui a seis meses.

Quais garantias estão asseguradas para as populações indígenas?

Está na Constituição. Ninguém quer descumprir a Constituição. É muito falatório, o que está na Constituição vai ser cumprido. Ninguém está aqui para descumprir direito algum.

As demarcações de terras deixarão de ocorrer? As áreas já demarcadas serão revisadas?

Sobre a revisão de áreas já homologadas, isso será feito a partir do diálogo, tem que conversar com as pessoas e ver qual o anseio delas. Eu não tenho posicionamento que seja intransigente.

Então, novas demarcações não ocorrerão?

As demarcações são feitas pelo presidente e devem ser vistas sob a ótica dele. É um ato dele.

Quando delegado, o senhor foi afastado de uma operação de expulsão de invasores de uma terra indígena, por suspeitas de colaborar com os intrusos. O que houve?

Como fui parcial se eu presidi mais de 30 inquéritos policiais e indiquei mais de 40 pessoas? Determinei a mensuração do dano ambiental em alguns milhões. O que houve foi uma divergência de linha investigativa em que o superintendente resolveu pôr outro delegado.

Segundo boletim de ocorrência, o senhor é investigado por ter dado um soco no próprio pai...

O fato não existiu, e há testemunhas que dizem isso. Houve uma discussão. Há um problema familiar que não gostaria de detalhar. Não é um processo, é um boletim de ocorrência, não tem laudo. Meu pai foi induzido a fazer (o boletim) e voltou atrás. Estão explorando um fato que não houve.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/08/2019

Seção: Colunas

Autor: Merval Pereira

Título: Falta de inteligência

O alinhamento total de nossa política externa com os Estados Unidos do governo Trump já está rendendo consequências negativas para o Estado brasileiro. Depois de diversas polêmicas provocadas pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, a Alemanha começou a retirada de seu apoio a ações de proteção da região amazônica, seguindo o exemplo do que fizera a Noruega com seus recursos para a preservação ambiental.

Salles começou querendo assumir a gestão do Fundo Amazônia, mudando as diretrizes que os doadores consideravam ajustadas ao objetivo do projeto. Durante a renegociação, com a negativa dos dois países europeus de aceitarem os novos critérios do governo brasileiro, Salles chegou a acusar a exploração do petróleo na região ártica pela Noruega de provocar danos ambientais.

A Noruega reagiu, afirmando que sua atividade petrolífera no Ártico é a mais limpa possível, obedecendo às normas de preservação da natureza. A irritação do governo brasileiro como que considera “intromissão” de países europeus nos negócios internos foi revelada em diversas ocasiões, de maneira pouco diplomática.

O próprio presidente Bolsonaro recentemente fez ironia com os encontros que já teve com o presidente da França Emmanuel Macron e a primeira-ministra da Alemanha Angela Merkel: “Vocês imaginam como eu gostei de conversar com os dois”, disse a jornalistas.

O vice-presidente Hamilton Mourão pegou carona na zombaria e comentou os acessos de calafrio que a chanceler alemã andou tendo em público. Para ele, Merkel tremeu depois de uma “encarada” de Trump, a quem chamou de “nosso presidente”.

O descontentamento do presidente Bolsonaro com as atitudes da França em relação à nossa política ambiental foi demonstrado de maneira grosseira no cancelamento de uma audiência que teria com o ministro das Relações Exteriores da França, Jean-Yves Le Drian.

Bolsonaro soube pela imprensa que ele se reunira um dia antes com representantes de ONGs e ambientalistas, e considerou uma desfeita. Em entrevista ao jornal Der Tagesspiegel, a ministra do Meio Ambiente da Alemanha, Svenja Schulze, informou neste fim de semana que o país vai suspender o financiamento de projetos para a proteção da floresta brasileira.

A decisão da Alemanha, segundo a ministra, foi tomada porque “a política do governo brasileiro na região amazônica deixa dúvidas se ainda se persegue uma redução consequente das taxas de desmatamento”. Num primeiro momento serão suspensos projetos no valor de 35 milhões de euros. Somente o Fundo Amazônia já investiu cerca de R\$ 3 bilhões em diversos projetos de preservação.

Também o governo francês tem dúvidas sobre o compromisso do novo governo brasileiro de manter uma política de preservação ambiental, por isso já declarou que só assinará o acordo da União Europeia com o Mercosul se o Brasil se comprometer com uma política ambiental sustentável.

O fato é que, para o novo chanceler brasileiro, Ernesto Araújo, a Europa representa a decadência do Ocidente, enquanto os Estados Unidos e o deus Trump são a salvação. Assim como, nos governos petistas, a política Sul-Sul desvalorizava os postos nos Estados Unidos, e apontava os países da América Latina e África como o futuro da nossa diplomacia, agora vai-se para o extremo oposto.

“Os EUA constituem agora um departamento exclusivo, mas a Europa encontra-se relegada à vala comum da África e do Oriente Médio, já que ela seria um ‘vazio cultural’”. É o que aponta o diplomata Paulo Roberto Almeida, exonerado, no início do ano, do cargo de diretor do Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais (IPRI) do Itamaraty.

Ele foi punido por ter publicado em seu blog pessoal textos críticos à nova política externa brasileira, seus e de outros, como o diplomata Rubens Ricupero e o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

No livro recém-lançado “A destruição da inteligência no Itamaraty”, Paulo Roberto Almeida pergunta: “(...) onde está a política externa do Brasil? Nos ridículos destemperos olavistas contra o globalismo? Na luta contra o marxismo cultural? Numa aliança com todos os regimes direitistas e xenófobos da Europa e com Trump? Na denúncia do Pacto Global das Migrações, quando o Brasil justamente possui dez ou vinte vezes mais emigrantes do que imigrantes e esse instrumento não afeta em nada nossa soberania?”

MME / ASCOM .